

PROCESSO Nº

107/12

REG. PROC. Nº

06

FL. 1

FOLHA Nº

01V



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 56/12

Altera dispositivo da Lei nº 3238, de 25 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências.

Autor: de Prefeito Municipal

AUTUAÇÃO

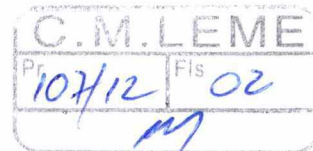
Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro de 2012
autuo o P.L. nº 56/12 e o of. nº 87/12 em frente.

Eu, [assinatura], subscrevi

A.C. nº 53

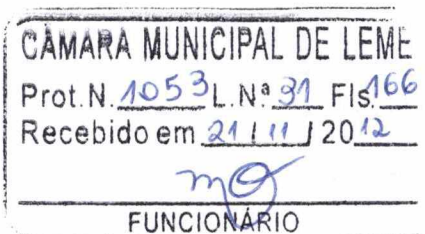


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Ofício nº 87/2012 – GP/ SNJ

Leme, 21 de novembro de 2.012.



Excelentíssimo Senhor

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o **Projeto de Lei** que “*Altera dispositivo da Lei nº 3238, de 25 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências*”, para que seja regularmente processado por esta C. Câmara, em **REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL**, cuja justificava reside na necessidade de correção de dispositivo da LDO para a perfeita orientação na elaboração da LOA..

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e aos Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

Ao
Excelentíssimo Senhor
João Marcos Demétrio
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município
Leme – SP

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 107

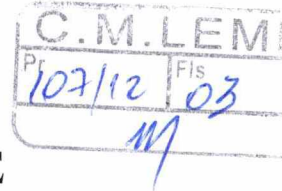
fls. 01v, do Registro de Processo nº 06

Leme, 21 de novembro de 20 12

Funcionário mg



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 56 /2012.

“Altera dispositivo da Lei nº 3238, de 25 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - o Artigo 33 da Lei nº 3238, de 25 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“

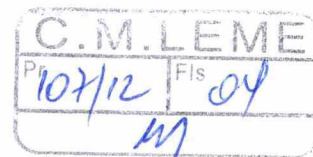
Artigo 33 - Os Poderes ficam autorizados a:

- I. abrir mediante ato próprio créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- II. transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal;”

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 13 de novembro de 2012.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA

Salientamos que a suplementação de 100% torna-se necessário na Lei Orçamentária para o exercício de 2013 e, por um equívoco, fizemos constar na LDO/2013 a suplementação de 35%, e essa razão nos dirige para a alteração pretendida por esta proposta.

Temos que, acrescentar que o controle de despesa ainda que ocorra com a autorização legislativa para a suplementação de 100% no LOA, podemos observar atentamente que os princípios orçamentários estarão ilesos e sem qualquer ofensa, até porque, a Lei de Responsabilidade Fiscal se apresenta com muita energia para esbarrar qualquer abuso por parte da Administração na gestão do dinheiro público, Pois é ela uma ferramenta de controle eficiente que impõe ao gestor que não gaste mais do que ele arrecada.

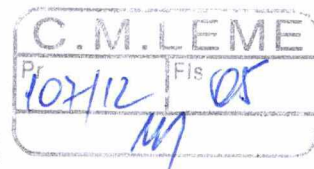
Por esta razão submeto a presente proposta a essa Casa de Leis, para que após uma discussão democrática, seja aprovado pelos Senhores Edis.

Leme, 13 de novembro de 2012.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



LEI Nº 3238, DE 25 DE JUNHO DE 2012

Estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DIRETRIZES GERAIS

CÓPIA

Artigo 1º- Nos termos da Constituição Federal, art. 165, § 2.º, Lei n.º 4.320/64 e Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2013, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo Único. - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da administração direta e indireta.

Artigo 2º - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e as entidades da Administração Direta e Indireta, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos estratégicos:

- I. combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social;
- II. promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P 107/12	Fis 06

- I. realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II. realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

Artigo 33 - Os Poderes ficam autorizados a:

- I. abrir mediante ato próprio créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- II. transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal;

Artigo 34 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 25 de junho de 2012.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

CÓPIA

A Assessoria Legislativa
para parecer em 22/11/12


PRESIDENTE

REC
COPIA



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 107/12	Fis. 07

Ao Expediente

21 / 11 / 2012

[Signature]
PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 22 / 11 / 12

JUNTADA

Em 22 de 11 de 2012

ação juntada a estes autos C.J.R.

Funcionário *[Signature]*

JUNTADA

Em 23 de 11 de 20 12

Faço junta a estes autos DO

porcel

Funcionário MJ



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr. 10412	Fis. 08
M	

PROJETO DE LEI N.º 56/12

EMENTA: Altera dispositivos da Lei n.º 3238, de 25 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

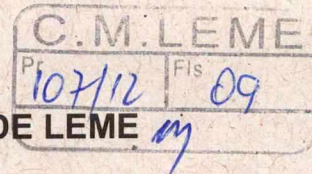
As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira e, com fundamento no artigo 104 do Rêgimento Interno desta Casa de Leis, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto, que também é o voto de seus membros, bem como, o parecer:.

1-) Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal que, altera dispositivos da Lei n.º 3238, de 25 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências.

2-) O Projeto ora analisado encontra-se devidamente justificado pelo Poder Executivo, pois, salienta que a suplementação de 100% (cem por cento), torna-se necessária na Lei orçamentária para o exercício de 2013 e, que por um equívoco, fizeram constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias a suplementação de 35% (trinta e cinco por cento).



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



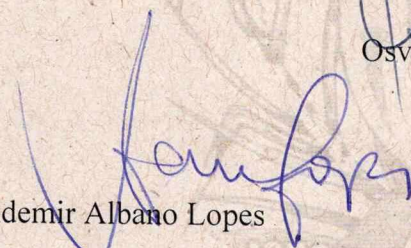
3-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal, nem a Lei Orgânica do Município. Por isso, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em questão.

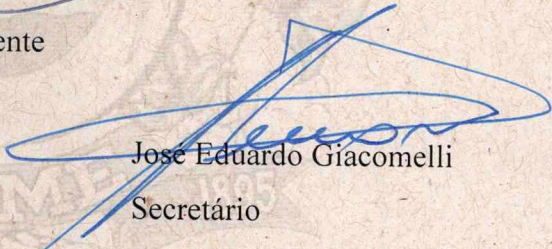
4-) Por seu turno, sob o aspecto do interesse público e da conveniência, não há qualquer óbice a ser colocado, razões porque a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade emite o parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 23 de novembro de 2012.

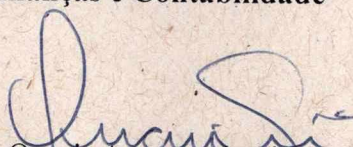
Comissão de Constituição Justiça e Redação


Osvald Antunes da Silva
Presidente

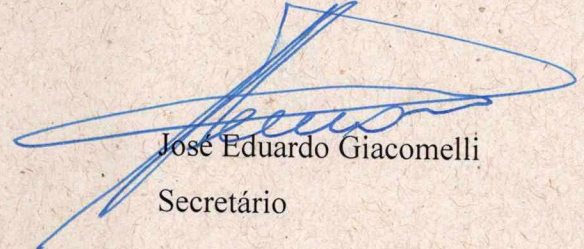

Ademir Albano Lopes
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade


Osvald Antunes da Silva
Presidente

Eduardo Leme da Silva
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário

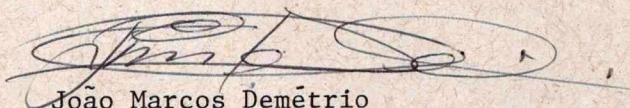
A Ordem do Dia

26/11/2012

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 56/12 aprovado por unanimidade
em 1ª e 2ª votações.

Leme, 26.11.12



João Marcos Demétrio

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 56 /2012.

"Altera dispositivo da Lei nº 3238, de 25 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município para o exercício de 2013 e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:


Artigo 1º - o Artigo 33 da Lei nº 3238, de 25 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 33 - Os Poderes ficam autorizados a:

- I. abrir mediante ato próprio créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;
- II. transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal;"

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 26 de novembro de 2012


João Marcos Demétrio
Presidente